

Luteranos gaúchos e política brasileira ao final da Segunda Guerra Mundial

René E. Gertz*

Resumo. Durante a Segunda Guerra Mundial, os luteranos gaúchos apareceram como duplamente exilados. Com a campanha de nacionalização desencadeada pelo governo brasileiro a partir de 1938, e com sua agudização nos anos posteriores, eles sofreram seus efeitos por destoarem tanto do ponto de vista étnico quanto religioso daquilo que era considerado “tipicamente brasileiro”. Terminada a guerra, competia repensar o posicionamento clássico das lideranças do Sínodo Riograndense – a maior organização eclesiástica luterana no estado do Rio Grande do Sul –, as quais sempre tinham destacado o caráter étnico de sua igreja. A mudança de postura no pós-guerra refletiu-se tanto numa reavaliação sobre a autocompreensão teológico-doutrinária quanto numa tentativa de redefinir sua inserção no contexto político brasileiro. E é este último aspecto que será focado nesta comunicação.

Palavras-chave: Luteranos, nacionalização, conflitos religiosos.

Gacho Lutherans and Brazilian politics at the end of World War II

Abstract. During the Second World War the Lutherans from Rio Grande do Sul were doubly exiled. With the nationalization campaign unleashed in 1938 by the Brazilian government, and with its intensification on the following years, they suffered its effects because of their difference from what was considered both ethnically as religiously as “typically Brazilian”. After the war was over, it was necessary to rethink the classical positioning of the *Riograndense* Synod – the biggest Lutheran ecclesiastical organization of all Rio Grande do Sul – which had always emphasized the ethnical character of this church. The position change on the postwar reflected both on a reevaluation of its theological-doctrinaire self-understanding as on an attempt to redefine its insertion on Brazilian political context. This communication will focus on this last point.

Keywords: Lutherans, nationalization, religious conflicts.

No Brasil, existem duas igrejas luteranas com número significativo de filiados – juntas, cerca de um milhão –, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) (GERTZ, 2001). A primeira costuma reivindicar sua origem num “protestantismo de missão”, mas a segunda está claramente identificada como um “protestantismo de imigração”, provavelmente o mais notório do Brasil (DREHER, 2002, p. 124-126). Aquilo que hoje é conhecido pelo nome IECLB começou a ser construído em 1949, quando vários sínodos regionais, até então

* Graduado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutor pela Universidade Livre de Berlim. Professor aposentado na UFRGS, professor titular na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Departamento de História). E-mail: gertz@puers.br

independentes, espalhados pelo Brasil se agregaram na Federação Sinodal. Uma dessas organizações eclesiais era o Sínodo Riograndense, com abrangência territorial restrita ao Rio Grande do Sul, mas cuja tradição organizacional lhe conferiu destaque entre os demais, de forma que, até hoje, a sede da igreja – agora de abrangência nacional – e a principal instituição de formação se localizam neste estado.

Congregando, predominantemente, alemães e descendentes, a compreensão que vigorou entre parte significativa das lideranças do sínodo, ao longo de sua história – iniciada em 1886 – foi a de que ele deveria ser uma “igreja étnica”, uma “*Volkskirche*”, isto é, uma igreja específica da população de origem alemã, a qual, além do Evangelho, deveria ser guardiã da “germanidade”, entre essa população. Nas duas mais importantes obras gerais sobre a história da IECLB, essa situação transparece nos títulos: *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*, de Martin N. Dreher (2003), e *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*, de Hans-Jürgen Prien (2001).

Essa situação criou dilemas de inserção no Estado brasileiro. A doutrina e a prática mudaram no decorrer do tempo, mas estiveram presentes e foram tematizadas da fundação até a Segunda Guerra Mundial, quando os acontecimentos dela decorrentes trouxeram enormes problemas para a sobrevivência do sínodo, fato que se refletiu nos debates e nas reavaliações do imediato pós-guerra. É disso que se tratará aqui.¹

Para o fundador, pastor Wilhelm Rotermund, a prática da religiosidade evangélico-luterana era indissociável do cultivo da “germanidade”, como ilustram palavras suas: “abandonando a germanidade, começando a usar a língua portuguesa na família, [os membros das comunidades] se perdem para a igreja evangélica; deixando de ser evangélicos, negligenciando sua igreja, sua germanidade também desmorona” (DREHER, 2003, p. 86).

Isso, porém, não significava, para Rotermund, distanciamento da política ou do Estado Brasileiro. Ele, pelo contrário, sempre se envolveu, de forma profunda, na política, para tentar beneficiar sua igreja e seus membros. Logo após a proclamação da República, esteve entusiasmado em criar um Partido Colonial. Chegou a ser censurado por líderes eclesiais alemães pelo fato de que o jornal que editava

¹ Breve resumo das posições de líderes do Sínodo Riograndense frente ao Estado Brasileiro no período anterior e durante a Segunda Guerra Mundial pode ser visto em DREHER, 2003, p. 145-154,

teria um “caráter muito mais político que religioso”, posição que justificava com o argumento de que “é nas repartições públicas, nos escritórios, na Assembleia e no Congresso – sim, nas mesas ministeriais – que os companheiros de nosso grupo étnico devem ter assento, e falar”, para garantir os interesses da igreja e da “etnia” (GERTZ, 2002, p. 38).

Nos anos seguintes, esse posicionamento, que recomendava ocupar posições no Estado Brasileiro para defender os interesses do luteranismo e da “germanidade”, sofreu uma inflexão, no sentido de afastar-se da política cotidiana, e, em contrapartida, restringir a luta à manutenção da laicidade proposta pelo regime republicano de 1889, com o abandono da tática de “infiltração” no aparelho estatal. Não há espaço para explicar essa opção, mas o próprio regime politicamente autoritário castilhistaborgista, no Rio Grande do Sul, com sua ênfase na liberdade religiosa e profissional (incluindo o ensino)², e as vivências traumáticas da Primeira Guerra contribuíram para essa opção. Ela se tornou cada vez mais evidente, na década de 1920, principalmente nos escritos do pastor Hermann Dohms.³ Na década de 1930, além de ser um dos principais ideólogos do Sínodo Riograndense, ele passou a presidi-lo, fato que sugere que sua forma de pensar estava bastante generalizada e aceita, entre os demais pastores.

Não é possível descrever o pensamento de Dohms, ao longo do tempo, mas em 1930 publicou extenso artigo sobre o positivismo no Rio Grande do Sul, para mostrar os benefícios que representou para os interesses luteranos. Num posfácio à segunda parte do artigo, publicado depois da vitória dos revolucionários de 1930, escreveu:

As exposições [no artigo] querem apenas trazer modesta contribuição para que o cidadão brasileiro de origem alemã participe de maneira sempre crescente, com opinião própria, dos acontecimentos políticos de sua pátria. A superação do “isolamento das populações de origem alemã” [...], não através de medidas do governo, mas através de esforço próprio, é uma das mais importantes e difíceis tarefas de nossa geração. Ela não será solucionada através da simples participação do “elemento germânico” na política ou também na luta armada, mas acima de tudo pela compreensão independente da situação e da tarefa política que é a única que permite que se dê contribuição própria para a construção do Estado (DREHER, 2001, p. 131).

² “Castilhismo-borgismo” é um binômio que se refere aos dois primeiros governadores republicanos gaúchos (1889-1928), Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Tanto seu autoritarismo em assuntos políticos quanto seu liberalismo em assuntos religiosos e profissionais eram justificados a partir da doutrina positivista.

³ Um dos lugares em que ele publicou seus posicionamentos foi a revista *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, por ele editada.

A preocupação de Dohms com a direção em que evoluiria a política do Estado Brasileiro, em sua configuração nacional e em suas relações com a Igreja Católica, foi permanente. Ao longo dos anos 1930, escreveu artigos como “Igreja e Estado” (1931), “Os partidos políticos no Rio Grande do Sul no contexto da história política do Brasil” (1932), “As exigências católicas, os partidos políticos no Rio Grande do Sul e a Igreja Evangélica” (1933), “O movimento integralista” (1934).⁴ Em todos eles, manifestou a preocupação com a liberdade de ação do luteranismo e a prática da “germanidade”, mas esses textos podem ser classificados como “defensivos”, em termos políticos, pois – como mostra a citação – não propunham ir às barricadas, num profundo envolvimento no cotidiano da política brasileira, mas sim pressionar a partir “de fora” (*lobby*), para que os princípios que garantiam o espaço de ação não sofressem qualquer restrição. A tática não surtiu o efeito imaginado, e, nos anos seguintes, em especial durante a Segunda Guerra Mundial, a população de origem alemã sofreu uma inclemente “nacionalização”, e com ela o Sínodo Riograndense também quase sucumbiu.

Deve-se destacar que eram posições assumidas por lideranças luteranas, em especial por pastores, como Dohms, mas não constituíam unanimidade, mesmo entre o clero. Pela ausência de pesquisas, não sabemos qual foi a posição da massa dos leigos do Sínodo Riograndense. Há, obviamente, vereadores e prefeitos luteranos antes da Segunda Guerra Mundial, no Rio Grande do Sul, mas não temos números, e, portanto, não temos como avaliar a eficácia do “discurso” das lideranças. Em posições políticas elevadas, luteranos foram, efetivamente, poucos, no estado. E aqueles que ocuparam lugares com algum destaque, em geral, não chegaram a eles por esforço próprio, e, muito menos, como representantes indicados e eleitos pelas comunidades luteranas, e sim, por cooptação dos governantes. Três nomes podem ilustrar essa situação.

De 1905 a 1928, o luterano Arno Philipp foi deputado à Assembleia dos Representantes (COSTA FRANCO, 2010, p. 160), mas sua inclusão na lista de candidatos do Partido Republicano Riograndense, por Borges de Medeiros, teria acontecido em decorrência de uma promessa que lhe fora feita por Júlio de Castilhos, antes de sua morte (PHILIPP, 1931). É possível que sua condição de luterano tenha tido algum peso, pois na Assembleia havia, desde o início da República, deputados católicos

⁴ Textos disponibilizados em tradução para o português, cerca de uma década atrás, por Martin N. Dreher (2001).

de origem alemã, e a inclusão de Philipp pode ter tido o objetivo de dar uma satisfação também àqueles descendentes de alemães que eram luteranos.

Finalmente, após a Revolução de 1930 – com a extinção dos legislativos em todos os níveis –, um decreto federal de 29 de agosto de 1931 determinou a criação de Conselhos Consultivos do Estado, nas unidades da federação. Quando o interventor Flores da Cunha constituiu esse grêmio, no Rio Grande do Sul, incluiu, entre seus 18 membros, dois luteranos: A. J. Renner e Arthur Ebling (SOVERAL, 1935, p. 69). No caso de Renner, deve ter pesado sua condição de um dos mais destacados empresários do estado, fato que também deve ter motivado sua presença na Assembleia Legislativa, como “deputado classista”, em 1935, e a posterior tentativa de sua inclusão na mesa-diretora. Quanto a Ebling, sua condição de luterano (além de representante da “colônia alemã”) pode ter exercido algum papel na escolha, pois tratava-se de um advogado com profunda ligação com a firma Rotermund, de São Leopoldo, criada pelo fundador do Sínodo Riograndense, empresa que continuava, por essa época, como principal produtora das publicações do sínodo. Mas em nenhum desses casos, as respectivas pessoas ocuparam os referidos cargos como “representantes” da população luterana, e sim por escolha ou designação dos governantes.

Nesse contexto, irrompeu a Segunda Guerra, com suas nefastas consequências sobre pastores e membros do sínodo – pastores foram presos, sob a acusação de serem nazistas, foram proibidos os cultos em alemão, de forma que a vida religiosa das comunidades foi quase paralisada, pois, nesta época, praticamente todos os pastores ainda eram alemães, enviados para cá pela Igreja Evangélica Alemã.

Tudo isso, mais as notícias sobre os acontecimentos na Alemanha, durante a guerra, fez com que ocorressem discussões sobre os erros do passado, as condições do recomeço e as orientações para o futuro. As obras clássicas de história da IECLB se concentram nas discussões em torno de questões teológicas e eclesiológicas, incluindo uma abertura para o diálogo ecumênico, ao menos com outras igrejas protestantes no Brasil (DREHER, 2003, p. 219-227; PRIEN, 2001, p. 465-476; FÜLLING, 1974).

Edelberto Behs relata que no primeiro Concílio Regional, no pós-guerra, realizado em Panambi, de 9 a 11 de setembro de 1945, o pastor regional, E. Jost teria dito que “se algum bem resultou destes dias de privações [durante a guerra], foi o despertar da nossa consciência evangélica e da compreensão de que a Igreja não é apenas uma questão dos pastores, mas sim a causa comum de todas as comunidades, de

cada um dos membros”. Behs interpreta essas palavras no seguinte sentido:

Uma interpretação possível das palavras de Jost diz respeito ao papel do pastor no Sínodo, no período que antecedeu a II Guerra. Foi o pastor que remeteu a comunidade ao espírito do *Deutschtum* [da “germanidade”]. Foi ele quem entendeu a reta e pura pregação do Evangelho para os descendentes de alemães na língua de Lutero. Ele trouxe na bagagem uma teologia totalmente influenciada pelos padrões europeus. E foi ele quem importou o *Kirchenkampf* [a disputa eclesial dentro da igreja alemã], quando [aqui] as comunidades queriam, talvez, apenas o apoio espiritual para suportar a lide do dia-a-dia (BEHS, 2001, p. 104).

O pastor Ernesto Augusto Kunert, nascido na tradição de uma família com pastores politicamente militantes, ele próprio tendo exercido cargo de vereador, no início da década de 1950 (pelo PTB), presidente da IECLB de 1979 a 1985, explicou da seguinte forma os dilemas que se enfrentavam:

predominou na IECLB, a partir das decepções e do sofrimento do passado, o conceito [de] que a religião é assunto da vida pessoal e de ordem particular, que assuntos da vida política e social estão fora da vida da Igreja; que a salvação das almas para a vida eterna é assunto da Igreja; que problemas sofridos pela sociedade e atinentes à política, à economia e à situação social são assuntos reservados ao Estado, ao governo (KUNERT, 1982, p. 223).

É esse clima que cabia dissipar. Mas sobre a eventual discussão daí decorrente, envolvendo de forma direta temas políticos por parte de pastores e leigos – sobretudo naquilo que se referia ao relacionamento com o Estado Brasileiro e o envolvimento na política do dia-a-dia – ainda não existem pesquisas históricas consistentes. Aparentemente, um pequeno texto de Martin N. Dreher (1984) continua sendo a única referência a ações políticas concretas, com a tentativa de influenciar na eleição de representantes luteranos aos órgãos legislativos, nos anos posteriores à guerra.

Segundo Dreher, Dohms teria sido “convencido por lideranças leigas da necessidade de participação luterana ativa a nível estadual e federal”, no processo eleitoral que estava por vir. Um auxiliar seu teria viajado pelo interior, para convocar os membros das comunidades a votar em candidatos luteranos. O esforço teria surtido efeito, pois, dos 55 deputados estaduais gaúchos, sete teriam sido luteranos (Guilherme Hildebrand, Nestor Jost, Egydio Michaelsen, Reinaldo Roesch, Frederico Guilherme Schmidt, Bruno Born, Helmuth Closs).

O autor errou, no final do parágrafo, ao afirmar que “um luterano é eleito

deputado federal, Germano Dockhorn, pela legenda do PTB”. Dockhorn era luterano militante, mas, nessa época, ainda estava envolvido na política da região de Santa Rosa/Três de Maio, tendo atuado como vice-prefeito, no primeiro município, de 1947 a 1950, quando então, sim, elegeu-se deputado federal, junto com o até então deputado estadual Nestor Jost.⁵ Na mesma eleição de 1950, Dreher informa que os luteranos na Assembleia Estadual se reduziram a cinco (Romeu Scheibe, Siegfried Immanuel Heuser, Alfredo Leandro Carlson, mais os citados Closs e Schmidt).⁶ Em 1954, o número dos representantes luteranos no parlamento estadual gaúcho reduziu-se a três, situação que se repetiu em 1958 e 1962. Neste último ano, o luterano Egydio Michaelsen concorreu ao governo do estado, mas não foi eleito. Numa frase final, o autor sugere que os luteranos teriam avançado na ocupação de cargos políticos nas prefeituras e nas câmaras de vereadores, sem citar dados concretos (DREHER, 1984, p. 131).

Como Dreher não cita as fontes de suas informações, seu texto de quase 30 anos atrás motivou a presente tentativa de avançar na pesquisa sobre o tema. Infelizmente, não foi possível localizar fontes inéditas (como cartas). Não significa que não existam, mas a esperança de que pudessem ser localizadas no Arquivo Histórico da IECLB, nas Faculdades EST (São Leopoldo) foi, em grande parte, frustrada, pois ali não existe um arquivo de Dohms nem de outros pastores de destaque do período, havendo poucos documentos dos anos imediatamente posteriores à guerra – a maioria refere-se a períodos mais recentes. Martin N. Dreher e Hans-Jürgen Prien valeram-se, nas suas considerações sobre discussões mais teológicas e eclesiológicas, de depoimentos de participantes dos fatos, como o ex-professor-visitante da Escola de Teologia Erich Fülling (1974). Por tudo isso, os resultados que serão apresentados, deste ponto em diante, são modestos, buscados na parca documentação encontrada – publicada ou não.

Com o atendimento às comunidades precarizado, com a guerra, uma das formas de comunicação da direção do sínodo com pastores e líderes das comunidades foram cartas-circulares. Foram encontradas quatro, no arquivo histórico da IECLB. A de 27 de outubro de 1945 deu informações sobre o concílio regional realizado de 9 a 11 de setembro em Panambi. Foi reproduzida matéria jornalística do *Correio Serrano* (24/9/1945), de Ijuí, sobre o evento, destacando a pregação de Dohms, cujo cerne foi a

⁵ Não foi possível verificar se os demais dados apresentados por Dreher estão corretos.

⁶ Cabe destacar que Scheibe era luterano ligado ao Sínodo Missouri, futura IELB, e não ao Sínodo Riograndense.

constatação de que a igreja está acuada, porque “o seu Evangelho contradiz o filosofar do mundo”, motivo pelo qual, “se quisermos a salvação para o mundo, então devemos considerar as coisas eternas, devemos, na fé, olhar em Cristo”. Depois, fazem-se referências às falas dos pastores Jost e Kretschmer, que trataram, sobretudo, dos problemas concretos das comunidades da região. Essa também foi a tônica do relato sobre o segundo dia de reunião, na qual mais uma vez o pastor Dohms detalhou os problemas bem concretos do Sínodo, destacando a necessidade urgente de formação de clérigos, que aconteceria numa Escola de Teologia, em São Leopoldo, de preparação de mais professores e outros problemas semelhantes. Além das referências, feitas na prédica, sobre o espírito que dominaria o mundo dentro do qual a igreja se encontrava inserida, não há referências concretas sobre o Brasil e muito menos sobre o Estado Brasileiro.⁷

Em outra carta-circular, de 21 de novembro de 1945, havia, na primeira página, uma prédica feita em 15 de abril do mesmo ano.⁸ Na segunda página, foi transcrito um texto encimado pela seguinte observação: “Recomendamos à consideração das Comunidades Evangélicas as seguintes *Anotações Históricas*, que bem elucidam como a nossa Igreja sempre se empenhou em manter, com o Estado, relações de apoio moral mútuo”. O texto localiza as origens da Igreja Evangélica, em 1824, em São Leopoldo, destacando que “assegurava-se aos imigrantes em seus contratos, expressamente, plena liberdade de crença”, e que essa liberdade foi garantida pelo império, e, até 1846, “não somente o Estado permitiu o trabalho eclesiástico dos pastores e o livre exercício do culto evangélico-luterano, como também prestou o seu decidido apoio a esse trabalho”. Depois, teria sido retirado o apoio financeiro, gerando uma deterioração do atendimento religioso à população, fato que explicaria o surgimento da “tragédia dos Mucker”.

Mais tarde, com a proclamação da República, teria vindo a total separação de Igreja e Estado, a qual também teve efeitos maléficos, pois equiparava as entidades eclesiásticas a “sociedades com fins meramente seculares”, com que a separação não foi apenas administrativa e material, “mas também quanto à parte moral e espiritual, o que é deplorável”. Após a Revolução de 1930, em concílio de 1931, em Caí, o sínodo teria

⁷ Diante do momento de crise, é importante destacar as informações estatísticas reproduzidas nessa carta-circular. Na sua fala, Dohms se refere ao número de “cerca de 200.000 almas” que constituiriam o sínodo. Já em outro lugar, junto com dados sobre números de comunidades, de pastores, de batizados etc., é apresentado o número aparentemente mais exato de 220.258 membros.

⁸ Os documentos encontram-se no Arquivo Histórico da IECLB, Faculdades EST, São Leopoldo, pasta FS/IECLB, 100/4. Nem o autor da prédica nem o local em que foi apresentada estão identificados.

se pronunciado claramente a favor da absoluta liberdade religiosa, para manter a tradição de tolerância, no Brasil. “De outro lado, considerou ser uma vital necessidade a colaboração leal, em assuntos de interesse moral e social, entre a Igreja e o Estado”. Na constituinte de 1934, teria sido pleiteado “o reconhecimento das Igrejas como corporações de direito público”, mas a sugestão não foi aceita. Os problemas sociais e morais continuariam prementes, [em 1945], motivo pelo qual a Igreja Evangélica continuaria oferecendo sua colaboração ao Estado, na tentativa de solucioná-los.

As cartas-circulares não estão numeradas, motivo pelo qual não se sabe quando começaram a ser enviadas nem se aquelas que estão preservadas constituem uma sequência ou não, mas tudo indica que as duas citadas formam uma sequência, porque o intervalo entre elas é de menos de um mês, sendo pouco provável que tenha havido outra no meio. A próxima conservada é de 30 de abril de 1946. E parece ser também uma sequência à anterior, pois apresenta, para aquilo que nos interessa, uma continuação das “notas históricas” da de 21 de novembro de 1945, observando que “em carta do ano p. p. fizemos referência às teses formuladas em 1931, e aprovadas unanimemente pelo concílio sinodal daquele ano”. O texto começa com as seguintes palavras:

Quando nós, no Rio Grande do Sul defendemos a conservação das garantias constitucionais no artigo IV da Constituição Estadual (de 1893 [sic]), formulando diretivas que aos membros da igreja apresentamos, não há razões para que tal não façamos em público. Porque, com isso, apoiamos uma tradição brasileira, e formamos, no Rio Grande do Sul, ao lado dos guias políticos mais destacados desta terra. O cidadão brasileiro membro da igreja evangélico-luterana, em nosso estado, quando propaga a liberdade de consciência, não se encontra na posição de agressor, mas sim é representante legítimo da verdadeira liberdade, seja qual for o partido a que pertença, e há de preservar, além de sua herança religiosa, a herança política de seu estado. De nenhum modo, o crente evangélico, fora ou dentro dos partidos políticos, na comunhão nacional, tem que considerar-se intruso, segundo quer a declaração do episcopado brasileiro [católico], de 1890, que fala em “seitas heterodoxas, que a aluvião recente de imigração europeia tem trazido às nossas plagas”.

Seguem considerações sobre as relações entre luteranos e católicos nos tempos iniciais da colonização de São Leopoldo, afirmando que os conflitos e a reivindicação de primazia católica só começaram após a vinda de missionários jesuítas para a colônia.

A quarta e última carta-circular preservada data de 15 de agosto de 1946. Como relata acontecimentos de 1º de junho, é muito provável que não houvesse outra, no

meio. Ela se dedica a um evento muito importante, a primeira assembleia geral do sínodo, após nove anos. Nesse sentido, apresenta relatos sobre acontecimentos desse longo período de crise, referentes, sobretudo, a aspectos internos da instituição. Mas há duas moções que se referem ao relacionamento com o Estado Brasileiro. Numa, “a Assembleia Geral do Sínodo incumbe e autoriza a Diretoria do Sínodo a entrar em contato com os meios oficiais competentes para conseguir o consentimento dos mesmos com uma pregação da palavra divina nos cultos e nos ofícios da Igreja compreensível a todos os seus membros”. Isso mostra que mais de um ano após o final da guerra as restrições impostas durante a mesma, naquilo que tange ao uso da língua alemã, ainda não haviam sido revogadas. E a outra moção foi uma declaração de princípio, pela qual “o Sínodo, em face dos atuais perigos que ameaçam a estrutura cristã de Estado e Povo, apoia o Estado do Direito, que unicamente pode garantir a liberdade da palavra e da consciência, e os direitos da personalidade humana”.

As relações entre Sínodo e Estado Brasileiro, aparentemente, foram discutidas com certa intensidade entre a elite eclesial, no período. Com a fundação da Escola de Teologia, em 1946, foi criada uma revista intitulada *Estudos Teológicos*. Nos anos de 1948 e 1949, ela publicou, no mínimo, dois artigos sobre as relações entre Igreja e Estado ou política. Um deles é mais breve e abstrato, mais teológico, escrito pelo citado professor-visitante Erich Fülling (1949), sob o título “Staat, Gesellschaft und Kirche im 20. Jahrhundert” [Estado, Sociedade e Igreja no século XX]. Mas o outro, anterior, provavelmente escrito em 1947, pois publicado numa edição de março-abril de 1948, da revista, é extenso (18 páginas), e nada metafísico, pelo contrário, é muito realista. Uma nota da redação explica que se trata de um “posicionamento pessoal sobre tema controverso”, o qual “pretende dar uma contribuição para o esclarecimento do tema, e motivar para a formação de uma opinião própria”. O título é “Zum Thema Kirche und Politik” [o tema Igreja e política], e seu autor foi o pastor Rudolf Becker (1948).⁹

No início da década de 1930, o pastor Becker fora afastado da redação do *Sonntagsblatt*, a *Folha Dominical*, por pressão de pastores partidários do nazismo (DREHER, 2003, p. 119). Sua visão sobre as relações entre Estado e Igreja e da capacidade desta em exercer influência sobre os negócios daquele – mesmo quando se trata de questões eclesialísticas – é muito pessimista. A Igreja e os próprios cristãos não

⁹ Em 1951, ainda foi publicado, pela mesma revista, um texto do pastor Gustav Reusch com o título “Que a Igreja, no cumprimento de sua mensagem, tem a dizer ao Estado?” (REUSCH, 1951).

possuiriam poder para interferir, e mudar decisões políticas. O autor tenta mostrar isso à mão dos acontecimentos na Alemanha nazista – tentando rechaçar, inclusive, acusações feitas à Igreja Evangélica alemã de que não resistiu o suficiente –, e também no Brasil do Estado Novo. Essa avaliação seria especialmente pertinente para igrejas protestantes, mas “a vida política, social e econômica dos povos [também] transcorre fora da esfera de influência da Igreja Católica, mas não só dela, e sim de todas as igrejas” (p. 44).

Apesar do pessimismo, haveria uma proposta de ação possível. O autor critica a forma de envolvimento político da Igreja Católica, através da Liga Eleitoral Católica, por exemplo, pois ela obrigaria a uma aceitação exclusiva de partidos e políticos de orientação católica, restringindo opções, e obrigando a um compromisso recíproco. “Melhor é apoiar e exercer influência sobre representantes evangélicos de todos os partidos, a fim de que defendam nos parlamentos os interesses evangélicos”. Essa prática não representaria uma solução, pois seria possível notar que militantes partidários católicos se empenham muito mais pela sua igreja, enquanto os evangélicos, muitas vezes, se empenhariam pouco, pois manteriam vínculos frágeis ou até inexistentes com sua igreja. “Mesmo assim, apresenta-se aqui uma possibilidade de ao menos exercer, através de deputados e políticos evangélicos, alguma influência sobre a elaboração das leis do país, e sobre o curso geral da política”. A seguir, esclareceu quais seriam os interesses que os evangélicos gostariam de ver defendidos: “O interesse básico que nós evangélicos temos em relação à legislação dentro de países católicos é a garantia da liberdade religiosa, não só no texto da Constituição, mas também na prática política” (p. 56-57).

Mais adiante, o autor ainda referiu como o comportamento de agora em diante deveria diferenciar-se daquele do passado: “Não podemos isolar-nos e levar uma vida *sui generis*, como ‘marginais’, dentro da sociedade brasileira, como fazíamos antigamente, quando, no interesse da preservação do caráter alemão de nossa igreja, não mantínhamos nenhum contato com o mundo oficial brasileiro: partidos, políticos, círculos governamentais” (p. 57).

Essas afirmações do pastor Becker apontam para aquilo que Martin Dreher relatou sobre o empenho da direção do Sínodo Riograndense em tentar eleger deputados luteranos, após a Segunda Guerra Mundial. Também há indícios de que se fez um esforço para uma aproximação pessoal, cotidiana com autoridades. A *Folha Dominical* de 21 de setembro de 1947 (p. 1) noticiou a “festa da cumieira” dos edifícios em

construção referentes ao projeto de ampliação do Colégio Sinodal, em São Leopoldo. Tratando-se não da inauguração, mas apenas da marcação de uma etapa da construção, não deixa de ser significativo que o governador do estado, Walter Jobim, e sua esposa estivessem presentes, mais parte de seu secretariado; “viam-se ainda diversos deputados, membros das nossas comunidades, e pertencentes a diversas orientações políticas”. Ao meio-dia, foi servido um churrasco, ocasião em que o governador foi saudado pelo advogado Arthur Ebling – a quem já se fez referência, por ter participado do Conselho Consultivo nomeado por Flores da Cunha, em 1931. Também falaram o deputado Nestor Jost (luterano) e o secretário Gastão Englert (católico). Na sua fala final, Walter Jobim destacou que era a *segunda* visita que fazia ao Colégio Sinodal. A informação de que a comitiva oficial se retirou depois das 16 horas sugere que passou praticamente um dia inteiro no Morro do Espelho, a sede do sínodo.

A mesma *Folha Dominical*, em 16 de novembro de 1947 (p. 1), publicou matéria sobre a inauguração – em 19 de outubro – de uma praça em Teutônia, “obra de colaboração entre a Comunidade Evangélica ... e a administração municipal”. O pastor Dohms esteve presente, mais o deputado estadual Frederico Guilherme Schmidt, que pronunciou “impressionante discurso” referente “à história da colônia de Teutônia e sua comunidade evangélica, como também às suas futuras tarefas”. Na edição seguinte (23/11/1947, p. 1-2), foi publicado um relato dos festejos do 60º aniversário do pastor Hermann Dohms, em 3 de novembro, destacando a presença de dois catedráticos da então Universidade de Porto Alegre (UPA), Maximiliano Homrich e Alarich Schultz, ex-alunos do Instituto Pré-Teológico, fundado por Dohms. Também se noticiou que em 6 de novembro Oscar Machado, também catedrático da UPA, havia palestrado na Escola de Teologia. Machado, além de catedrático, era militante metodista e político.

Tudo isso são sinais do esforço para que o Sínodo Riograndense e os próprios luteranos a ele filiados deixassem de ser vistos “como ‘marginais’, dentro da sociedade brasileira, como fazíamos antigamente, quando, no interesse da preservação do *caráter alemão* de nossa igreja não mantínhamos nenhum contato com o mundo oficial brasileiro”, como escreveu o recém citado pastor Rudolf Becker. E Ernesto Kunert reproduz uma fala de Dohms, em 1950, quando se refere à Confederação Sinodal:

A IECLB entende-se [agora] como Igreja de Jesus Cristo no Brasil (...), tem aqui sua pátria e seu campo de ação. Constitui-se aqui como entidade jurídica e administrativa ... em plena autonomia e concordância com a legislação brasileira. Tem a sua vida aqui no povo

e no Estado brasileiros, com cujo destino se acha entrelaçado com seus membros. Procura com todo seu serviço o bem desta terra e do seu povo (KUNERT, 1982, p. 229).

Mas havia um aspecto do passado cuja eliminação não era simples. Nos primeiros meses do pós-guerra, ele não era verbalizado, pois era perigoso fazê-lo. Tratava-se das *origens alemãs e do cultivo da “germanidade”*. Como vimos, a proibição de falar alemão, aparentemente, continuou em vigor mais de um ano após o término da guerra, tendo em vista a citada moção aprovada na assembleia geral do sínodo de 2 de junho de 1946, em Santa Cruz do Sul, pleiteando sua revogação. Mesmo na *Folha Dominical* de julho de 1947 ainda não encontramos referências expressas ao “25 de Julho”, a tradicional data festiva do início da imigração alemã para São Leopoldo. Na edição de 3 de agosto, apareceu uma referência indireta, numa nota sobre um discurso alusivo à data pronunciado pelo deputado (católico) Wolfram Metzler, na Assembleia Constituinte gaúcha, mais a informação de que o deputado Oscar Fontoura solicitou que a Assembleia oficiasse pedido ao Poder Executivo para que restaurasse o monumento comemorativo ao centenário da imigração alemã, em São Leopoldo, depredado durante a guerra. Na edição de 24 de agosto, foi publicada uma referência ao discurso do deputado Antonio Campani, na Assembleia Legislativa, sobre o “dia do colono”.

Mas a *Folha Dominical* de 9 de maio de 1948 já trouxe, na segunda página, um extenso texto intitulado “Imigração e colonização”, no qual se comentava e transcrevia um artigo de Araújo Cavalcanti, funcionário do DASP, publicado na *Revista do Serviço Público* (maio-junho de 1947), com fortes críticas à dominante influência portuguesa na colonização do Brasil, e à conseqüente prevenção contra cidadãos de outras procedências nacionais. Não se falou especificamente da Alemanha ou dos alemães, mas foram lembrados os atuais excedentes populacionais europeus, que poderiam dar uma contribuição importante para o desenvolvimento do país. Isso mostra como o tema imigração e colonização estava indelevelmente ligado à existência do sínodo.

Num documento não datado, mas possivelmente de 1948, assinado por Ernesto Schlieper – de quem Martin Dreher (2003, p. 211-218) afirma que foi um dos pastores que conseguiu líder de forma adequada com a “germanidade” –, lê-se o seguinte, numa recomendação aos pregadores:

O 25 de Julho [data do início da imigração alemã] faz parte dos dias

de rememoração de nossa igreja. Justamente neste ano, deveríamos lembrar esse dia no nosso culto. Não podemos pregar sobre a imigração e seu significado para o país, também não podemos pregar sobre etnia [*Volkstum*] e sua preservação. Aquilo que podemos dizer na prédica não pode ser dito a partir do cotidiano, mas sim a partir do texto [bíblico].¹⁰

Mesmo que a expressão “justamente neste ano” sugira que se tratasse de um ano “especial”, talvez “jubilar”, é provável que o documento seja de 1948, pois existe outro, assinado pelo mesmo Schlieper, também sem datação, mas de 1949, por referir-se aos “125 anos da imigração”. Dirigido “às comunidades”, lembra que os primeiros imigrantes alemães vieram para o Brasil “atendendo a um pedido de ajuda insistente do governo brasileiro”, e foram estabelecidos onde se localiza São Leopoldo. “Se a Igreja Evangélica rememora o dia da imigração, ela está rememorando simultaneamente suas próprias origens, aqui no nosso país”. Destaca que essa igreja só pôde vingar graças ao auxílio da “igreja-mãe” alemã, a qual se encontra, naquele momento, em grandes dificuldades, decorrentes da guerra, motivo pelo qual, no restante do texto, o autor conclama os membros das comunidades do Sínodo a ajudar essa “igreja-mãe”.

Por falta de espaço, termina aqui a análise dos esforços de inserção do Sínodo Riograndense na realidade brasileira, no imediato pós-guerra. Fica, evidentemente, em aberto uma análise sobre a evolução, nos anos posteriores, porque trabalhos como o de Rolf Schünemann (1989) e Edelberto Behs (2001) sugerem que somente cerca de duas décadas depois do término da guerra teriam iniciado esforços definitivos para tirar a agora já nacional Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil do “gueto” ou da condição de “igreja dos alemães”. Numa perspectiva mais longa ainda, caberia ver se esse processo foi bem-sucedido, e se lhe trouxe a consagração definitiva. Mas isso são tarefas para uma próxima oportunidade, ou para outros pesquisadores.

Referências

BECKER, R. Zum Thema Kirche und Politik. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, n. 2, p. 41-59, 1948.

BEHS, Edelberto. *O processo de abasileiramento da “Igreja dos alemães”*. Florianópolis: UFSC, 2001 (dissertação de mestrado em História).

BORN, Bruno. *Discurso pronunciado na sessão comemorativa do “Dia do Colono” em*

¹⁰ Documento encontrado no Arquivo Histórico da IECLB, Faculdades EST, São Leopoldo, pasta FS/IECLB, 100/4.

25 de julho de 1947, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Rotermund, 1948.

COSTA FRANCO, Sérgio da. *Dicionário político do Rio Grande do Sul, 1821-1937*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

DREHER, Martin N. Luteranismo e participação política. In: DREHER, Martin N. (org.). *Reflexões em torno de Lutero* (vol. II). São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984, p. 121-132.

DREHER, Martin N. Hermann Gottlieb Dohms; tentativa de Teologia Protestante em uma igreja de imigrantes no Brasil. In: *Simpósio de História da Igreja*. São Leopoldo: Rotermund/Sinodal, 1986, p. 35-49.

DREHER, Martin N. (org.). *Hermann Gottlieb Dohms: textos escolhidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

DREHER, Martin N. Protestantismos na América Meridional. In: DREHER, Martin N. (org.). *500 anos de Brasil e Igreja na América Latina*. Porto Alegre: Edições EST/CEHILA, 2002, p. 115-138.

DREHER, Martin, N. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: EST/Sinodal, 2003.

FÜLLING, Erich. Staat, Gesellschaft und Kirche im 20. Jahrhundert. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, n. 2, p. 91-96, 1949.

FÜLLING, Erich. O desenvolvimento interno da Igreja Evangélica no Brasil (Sínodo Riograndense), após a Segunda Guerra Mundial, 1945-1948. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, vol. 14, n. 2, p. 29-35, 1974.

GERTZ, René E. Os luteranos no Brasil. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa: UEPG, vol. 6, n. 2, p. 9-33, 2001.

GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

KUNERT, Augusto Ernesto. Aspectos da relação IECLB e Estado, em compreensão histórica e teológica. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, vol. 22, n. 3, p. 215-242, 1982.

PHILIPP, Arno. Erinnerungen an Dr. Julio de Castilhos. *Kalender (Jahrweiser) für die Deutschen Evangelischen Gemeinden in Brasilien*, São Leopoldo, ano 10, p. 33-48, 1931.

PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. Petrópolis/São Leopoldo: Vozes/Editora Sinodal, 2001.

REUSCH, Gustav. Was hat die Kirche in Ausrichtung ihrer Botschaft dem Staat zu

sagen? *Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, n. 1, p. 4-19, 1951.

SCHÜNEMANN, Rolf. *Do gueto à participação: a emergência da consciência sócio-política na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil entre 1960-1975*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1989 (dissertação de mestrado em Teologia).

SOVERAL, Antonio. *O patriótico governo do Gal. José Antonio Flores da Cunha – O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: s. e., 1935.

Recebido em 26/11/2012

Aprovado em 10/01/2013